

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE LICITAÇÕES DA COMPANHIA DE
HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR**

LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 01/2021 – RPP

PROCESSO Nº 16.984.959-5 (d)

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA
FORMALIZAÇÃO DE SEGURO HABITACIONAL, ATRAVÉS DE APÓLICE
DE MERCADO SH/AM ESPECÍFICA DOS RAMOS 61 E 65**

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, sociedade seguradora inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 33.054.826/0001-92, NIRE 26.3.0001024-1, com sede na Avenida Marquês de Olinda, nº 175, bairro do Recife, município do Recife, estado de Pernambuco, CEP 50030-000 (“Cia. Excelsior Seguros”) vem, por intermédio de seus advogados regularmente constituídos, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** formulado pela Empresa Licitante Zurich Minas Brasil Seguros S/A, já devidamente qualificada, nos seguintes termos:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Considerando que o Recurso fora protocolizado no dia 03/02/2021 e o prazo para resposta é de 03 (três) dias úteis, conforme regra do art. 240, parágrafo único do

Regulamento de Licitações e Contratos da COHAPAR – RILC, o prazo fatal para apresentação das contrarrazões é o dia 08/02/2021.

Portanto, protocolizadas nesta data, tem-se a hialina tempestividade destas contrarrazões.

II – BREVE ESCORÇO DOS FATOS

Trata-se de Recurso Administrativo interposto por Zurich Minas Brasil S/A objetivando sua habilitação no certame acima destacado, realizado no dia 29 de janeiro do corrente ano.

A inabilitação daquela Empresa deu-se em razão do descumprimento de norma editalícia, especificamente do disposto no ANEXO II, Item IV, alínea “c”, subitem 2, que dispõe sobre o Índice de Liquidez Corrente – ILC.

De acordo com o Edital, o ILC, que indica a capacidade da empresa deve ser maior ou igual a 1 (um); todavia, a ora Recorrente apresentou r. índice abaixo do exigido, qual seja, 0,80 (zero vírgula oitenta), conforme **apurado pela Gerente do Departamento de Contabilidade da COHAPAR**, Sra. Carolina Minas, durante a análise da documentação relativa à qualificação econômico-financeira no dia do certame e na presença de toda a Equipe de Licitação e dos licitantes.

Com a inabilitação da empresa Zurich Minas Brasil S/A houve o fracasso do certame realizado, haja vista a Companhia Excelsior de Seguros ter sido desclassificada ainda na fase de propostas, tendo em vista ter apresentado uma proposta adequada diante dos riscos administrativos e judiciais da carteira.

Irresignada, a Zurich Minas Brasil S/A apresenta este recurso; todavia, pelas razões abaixo demonstradas, tal recurso deve ser julgado improcedente e a inabilitação da Recorrente mantida. Vejamos:

III – DA SOBERANIA DO EDITAL – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O Edital é o documento de publicidade da licitação, sendo que seu conteúdo integra as disposições contratuais que serão acordadas entre a Administração Pública e o licitante vencedor.

Para a Profa. Maria Sylvia Zanella di Pietro, o edital é “*a lei da licitação e do contrato, pois o que nele se contiver deve ser rigorosamente cumprido sob pena de nulidade; trata-se de aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 3º da Lei 8.666/93*” (Direito Administrativo – 18ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2005 p. 343).

Estão vinculados ao edital todos os licitantes, que devem atender a todos os requisitos lá dispostos, e a própria Administração Pública, conforme preconiza o art. 41 da Lei 8.666/93, *verbis*:

Art. 41. A Administração não pode descumprir a normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Ou seja, esta Companhia Habitacional também deve observar as disposições do documento convocatório. Para o julgamento e classificação das propostas, deve aplicar os critérios de avaliação constantes do edital, exegese do art. 43 da Lei 8.666/93 e art. 31 da Lei 13.303/2016.

Pois bem. O Edital para a Licitação Pública n. 01/2012 previa que, dentre outros critérios, a empresa licitante devia apresentar documentos que atestassem sua qualificação econômico-financeira. Um dos critérios era a Prova de Capacitação Financeira que utiliza índices indicativos da saúde contábil da empresa e é obtida analisando o balanço patrimonial. **São três os indicadores: Índice de Liquidez**

Geral (ILG), Índice de Liquidez Corrente (ILC) e o Endividamento Geral (EG) e, à exceção do último, os demais deveriam ser iguais ou superiores a 1.¹

O Edital é claro e específico quanto a utilização desses índices e sobre o que eles indicam. Traz também a fórmula para o cálculo. Não há qualquer obscuridade e/ou outra circunstância que enseje dúvidas a quem ler o instrumento convocatório. Todas as determinações do art. 40 da Lei de Licitações e dos arts. 3º, I e 4º, III da lei 10.520/02 foram devidamente cumpridas.

Ora, se diverso fosse verdadeiro, ou se houvesse qualquer irregularidade, caberia à ora Recorrente impugnar o Edital até no terceiro dia útil anterior à data fixada para a abertura da licitação ou pedir esclarecimentos ao Pregoeiro. Como não o fez, operou-se a preclusão e a vinculação total ao instrumento convocatório e às suas disposições. O Edital passou efetivamente a ser a lei da licitação e do contrato, como diz a Profa. Di Pietro.

A Recorrente apresentou índice de capacidade econômica e financeira **abaixo do exigido no instrumento convocatório**. Tal fato foi arguido durante a sessão pelo então representante da Companhia Excelsior de Seguros e **verificado e CONFIRMADO pela gerente do Departamento de Contabilidade da COHAPAR** conforme consta na Ata n. 010/DELI/2021.

Assim, resta claro o descumprimento do Edital por parte da Recorrente Zurich Minas Brasil S/A, devendo o presente recurso ser julgado improcedente.

IV – DA CORRETA E NECESSÁRIA EXIGÊNCIA DE INDICADORES DE SAÚDE ECONÔMICO-FINANCEIRA

É dever da Administração Pública – aqui em sentido formal ou orgânico, compreendendo entes que exercem atividades administrativas - exigir que as

¹ Anexo II, Item IV, alínea 'c' do Edital

empresas que pretendam com ela contratar demonstrem capacidade de honrar seus compromissos, principalmente quando se trata de fornecimento de bens e/ou serviços. Isto fica claro lendo-se o parágrafo 5º do art. 31 da Lei 8.666/93:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

§ 5º. A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através de cálculos de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

O art. 58 da Lei 13.303/16 também reafirma essa obrigação ao dispor:

Art. 58. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros:

(...)

III – capacidade econômica e financeira;

Considerando tais dispositivos, a Administração pode exigir a comprovação de índices contábeis mínimos como critério de avaliação da capacidade financeira do licitante.

Vale notar que os dispositivos acima mencionados decorrem do art. 37, XXI, da Constituição Federal, segundo o qual o processo de licitação pública “**somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**”.

Esta Companhia Habitacional, ao dispor no Edital os índices que provam a capacitação das empresas concorrentes, nada mais faz a não ser cumprir a lei e os princípios constitucionais que regem a Administração Pública. **Mister pontuar, também, que a COHAPAR SEMPRE EXIGIU OS MESMOS ÍNDICES, COM OS MESMOS RESULTADOS EM CERTAMES ANTERIORES (vide docs. anexos).**

Realizada pesquisa na legislação específica e em outros órgãos que promovem procedimentos licitatórios tal qual o presente, constatou-se a utilização dos seguintes índices contábeis, conclusivamente, os mais adotados no segmento de licitações:

a) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL – ILG

$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo Prazo}}$

O Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período;

b) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – ILC

$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

O Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo;

c) ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL – IEG

$IEG = \frac{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo não circulante}}{\text{Ativo Total}}$

O IEG mostra a dimensão da dívida total de uma instituição em comparação ao seu ativo, ou seja, qual a proporção de ativos da empresa que estão financiados por terceiros

Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices,

revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

Ante o exposto, a exigência do Edital nada mais fez que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresas em situação **EQUILIBRADA** é o mínimo que a COHAPAR deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato. Ademais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um “mínimo” de segurança na contratação. A BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA exigida no artigo 31 da Lei 8.666/93 não deixa margem a permitir índices que refletem situação financeira deficitária.

Ao apresentar índice diverso do exigido, a Zurich Minas Brasil, além de descumprir o edital, demonstrou não estar com situação econômico-financeira equilibrada. Sua inabilitação livra a COHAPAR de problemas durante a execução do contrato, sendo medida certa.

V – DOS PEDIDOS

Pelo acima exposto e pelo que demais consta, requer-se a **IMPROCEDÊNCIA IN TOTUM** deste Recurso Administrativo, mantendo-se a inabilitação da empresa licitante ZURICH MINAS BRASIL S/A como medida de clara e irrestrita justiça.

T. em que,
P. deferimento.

Recife, 04 de fevereiro de 2021.

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Alexandre Pigozzi Bravo
OAB/PR 56.355 – OAB/SP 207.267

Camila Maria de Souza Vidal
OAB/PE 34.954